



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS VI-POETA PINTO DO MONTEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUCICLAUDIO SILVA SOARES**

**PREVIDÊNCIA PRIVADA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE  
SUMÉ- PB, NO ANO DE 2021**

**MONTEIRO**

**2021**

**LUCICLAUDIO SILVA SOARES**

**PREVIDÊNCIA PRIVADA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE  
SUMÉ- PB, NO ANO DE 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Economia

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas

**Monteiro**

**2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S676p Soares, Luciclaudio Silva.

Previdência privada [manuscrito] : um estudo de caso no município de Sumé - PB, no ano de 2021 / Luciclaudio Silva Soares. - 2021.

49 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Previdência Social. 2. Previdência privada. 3. Investimento. I. Título

21. ed. CDD 341.6

LUCICLAUDIO SILVA SOARES

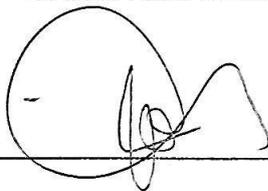
**PREVIDÊNCIA PRIVADA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE  
SUMÉ- PB, NO ANO DE 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências  
Humanas e Exatas da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração: Economia**

Aprovada em: 19/05/2021

**BANCA EXAMINADORA**



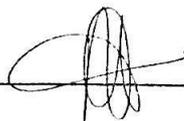
---

Prof.ª Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Ms. Rayanne Aversari Câmara  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Ms. Aluska Ramos de Lira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha esposa, pela dedicação,  
companheirismo e amizade,  
DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente eu gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças para superar todas as dificuldades que passei até conseguir realizar a elaboração e desenvolvimento desse trabalho.

À minha orientadora Ilcleidene Pereira de Freitas pelas orientações e pelo compartilhar todos seus conhecimentos comigo e por sua valiosa dedicação para que esse trabalho viesse a ser concluído.

Aos meus pais por sempre acreditar em mim. À minha esposa pela força, dedicação e amor, e por sempre estar ao meu lado. Aos professores do Curso de Ciências Contábeis da UEPB que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas que conquistei ao longo de minha caminhada que me ajudaram nos momentos que mais necessitei.

A todos só posso dizer: muito obrigado!

## RESUMO

O tema Previdência está presente desde o início da vida trabalhista dos cidadãos, a pesquisa procura explicar o tema e mostrar formas alternativas de renda que não estejam vinculadas ao regime geral. O presente estudo teve por objetivo analisar o nível de conhecimento e adesão a planos de previdência privada de uma amostra da população do município de Sumé-PB. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa quantitativa quanto à forma de abordagem do problema, quanto aos objetivos gerais utilizou-se uma pesquisa descritiva, com relação aos procedimentos técnicos utilizados consistem numa pesquisa de campo elaborada. O universo da pesquisa foi composto por uma amostra de 102 habitantes de Sumé-PB, a fim de quantificar tais fatos e estabelecer uma correlação entre as diversas variáveis analisadas. Para responder a problemática da pesquisa que é “qual o nível de compreensão da população do município de Sumé-Pb sobre a previdência privada?” foi constatado que uma parte considerável da amostra tinha conhecimento sobre a previdência e ainda recomendaria a mesma, e o que mais chama a atenção dos participantes é a complementação de renda na aposentadoria. Como resultado, foi possível verificar que apesar de boa parte dos participantes conhecerem a Previdência Complementar, poucos são os que têm ou já tiveram algum plano.

**Palavras-Chave:** Previdência Social. Previdência Privada. Investimento.

## **ABSTRACT**

The subject of Social Security has been present since the beginning of the working life of citizens, the research seeks to explain the subject and show alternative forms of income that are not linked to the general regime. The present study aimed to analyze the level of knowledge and adherence to private pension plans of a sample of the population in the municipality of Sumé-PB. In this sense, a quantitative research was carried out as to how to approach the problem, as for the general objectives, a descriptive research was used, with regard to the technical procedures used, consisting of an elaborated field research. The research universe consisted of a sample of 102 inhabitants of Sumé PB, in order to quantify such facts and establish a correlation between the various variables analyzed. To answer the research problem that is “what is the level of understanding of the population of the municipality of Sumé-Pb about private pension?” it was found that a considerable part of the sample was aware of social security and would still recommend it, and what most calls the attention of the participants is the complementation of income in retirement. As a result, it was possible to verify that although most of the participants knew about Supplementary Pension, few are those who have or have had any plans.

**Keywords:** Social Security. Private Pension. Investment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1: Comparativo de alíquotas antes e depois da reforma previdenciária de 2019.....	22
Quadro 2: Orçamento pessoal.....	24
Quadro 3: Diferenciação entre os planos PGBL e VGBL.....	28
Quadro 4: Alíquotas progressivas.....	29
Quadro 5: Alíquotas regressivas.....	29
Gráfico 01 – Faixa Etária dos Participantes.....	34
Gráfico 02 – Grau de Escolaridade.....	35
Gráfico 03 – Faixa de Renda.....	36
Gráfico 04 – Profissionais da Amostra.....	36
Gráfico 05 – Grau de Satisfação da Previdência Social.....	37
Gráfico 06 – Investimento para o Futuro.....	38
Gráfico 07 – Grau de Compreensão sobre a Previdência Privada.....	38
Gráfico 08 – O que mais Chama a Atenção em uma Previdência Complementar.....	39
Gráfico 09 – Futura Adesão a Previdência Privada.....	40
Gráfico 10 – Recomendação a Previdência Privada.....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3 - Brasil Bolsa Balcão

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

DNSPC - Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IAPAS - Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IR – Imposto de Renda

IRB - Instituto de Resseguros do Brasil

PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre

PIB - Produto Interno Bruto

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

RGPS - Regime Geral da Previdência Social

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SNSP - Sistema Nacional de Seguros Privados

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre.

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
2.	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO</b> .....	14
2.1	<b>Sistema Financeiro Nacional</b> .....	14
2.1.1	<b>Estrutura do Sistema Financeiro Nacional</b> .....	15
2.1.1.1	Órgãos Normativos.....	16
2.1.1.2	Entidades Supervisoras .....	17
2.1.1.3	Operadores .....	18
2.2	<b>Previdência Social</b> .....	20
2.2.1	<b>Instituto Nacional do Seguro Social – INSS</b> .....	22
2.3	<b>Planejamento Financeiro Pessoal</b> .....	23
2.4	<b>Previdência Privada</b> .....	25
2.4.1	<b>Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)</b> .....	26
2.4.2	<b>Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)</b> .....	28
2.5	<b>Município de Sumé PB</b> .....	30
3.	<b>METODOLOGIA</b> .....	32
4.	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	34
5.	<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43
	<b>APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO COM AMOSTRA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ</b> .....	47

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com as incertezas do futuro sempre esteve presente em nossas vidas. A partir disso surgiu a necessidade de se formar reservas para nos assistir em situações de vulnerabilidade, como no caso de idade avançada, invalidez e etc.

Com o surgimento da previdência no Brasil os trabalhadores passaram a ter mais segurança após seu período de atividade, foi a partir disso que surgiram os primeiros institutos previdenciários que visavam assistir os empregados de empresas ferroviárias que logo depois se estenderam para os demais setores da economia.

A previdência social tem um papel muito importante na vida dos trabalhadores e vem sofrendo várias mudanças ao longo do tempo, em sua reforma mais recente em 2019 foram instituídas pelo governo federal alterações significativas nas formas de aposentadoria, cujo objetivo principal é a instituição de idade mínima e a mudança na forma de cálculo dos benefícios. Com o déficit apresentado nos últimos anos não é possível confiar plenamente em sua eficácia.

De acordo com COSTA (*et al*,2019) ao longo do tempo o Sistema Previdenciário brasileiro vem ocasionando problemas estruturais nas contas públicas, devido a aspectos pautados ao grau de longevidade humana, mudanças de trabalhos e os efeitos da Constituição Federal de 1988, os quais vem causando o desequilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Pública brasileira.

O principal sistema previdenciário do Brasil é regido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que garante a seus contribuintes benefícios como; aposentadoria por idade, invalidez, salário maternidade, pensão por morte, aposentadoria rural, auxílio doença e etc.

Com o envelhecimento da população brasileira que segundo o IBGE2018 até 2050 as pessoas inativamente econômicas iram aumentar em mais de 50% onde a cada 100 pessoas aptas a contribuir no mercado de trabalho teríamos uma média de 30 a 56 idosos recebendo aposentadoria. (LOUZADA, SOUZA, 2020).

Por sua vez, a previdência privada torna-se um excelente aliado para complementação de renda, pois segundo Fischer (2017) A Previdência Privada

garante mais amparo à sociedade. Tendo em vista seu desenvolvimento econômico e social, através da capitalização de seus recursos, buscando o desenvolvimento econômico e, portanto, a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

A previdência complementar<sup>1</sup> se torna interessante diante deste cenário, pois nos traz mais segurança de que no futuro teremos reservas para nos assistir após nosso período laboral. Logo, o problema emerge do seguinte questionamento: qual o nível de compreensão da população do município de Sumé-PB sobre a previdência privada?

Portanto, verifica-se como objetivo geral analisar o nível de conhecimento e adesão a planos de previdência privada de uma amostra da população do município de Sumé-PB.

E como objetivos específicos têm:

- Analisar o grau de compreensão da população sumeense acerca dos planos de previdência complementar;
- Verificar qual o nível de adesão a previdência privada da população;
- Identificar quais investimentos a população está realizando para uma futura complementação de renda.

A partir das incertezas da previdência social no Brasil o presente estudo busca analisar o grau de conhecimento e adesão da população sumeense a planos de previdência privada como forma alternativa de complementação de renda e verificar quais investimentos estão sendo realizados ou não para assisti-los após o período laboral e agregar assim um maior grau de compreensão aos mesmos para que deste modo possam administrar melhor seus investimentos no longo prazo.

Com análise dos tipos de previdência complementar, Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), e suas formas de tributação, progressiva e regressiva podemos identificar qual o melhor plano de acordo com o perfil do investidor e fazer uma relação entre o tempo e o objetivo a ser alcançado para optar pela decisão correta no momento de adesão a esse produto.

---

<sup>1</sup>Serão tratados como sinônimos, previdência complementar e previdência privada.

Esse trabalho se justifica a partir da necessidade de um maior grau de compreensão da população do município de Sumé - PB, acerca dos planos de previdência complementar tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo RGPS nos últimos anos, e suas alterações mais recentes em 2019 que dificultaram ainda mais a concessão de benefícios do INSS.

Para responder ao objetivo proposto o trabalho foi estruturado em cinco partes, iniciando com a introdução, onde foi apresentado o tema, a problematização e os objetivos, seguindo com o referencial teórico, a metodologia que norteou a pesquisa, resultados e discussões, e por fim a conclusão.

## 2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 Sistema Financeiro Nacional

O sistema financeiro nacional (SFN) possui a finalidade de canalização da poupança ao investimento, ou seja, os recursos dos agentes superavitários que são aqueles que gastam menos do que ganham e aplicam seus recursos no mercado financeiro, onde estes são canalizados aos deficitários que necessitam de recursos para financiar seus projetos. Isso se torna possível através da intermediação financeira, que é realizada por meio de entidades e instituições financeiras como os bancos, cooperativas de crédito entre outras.

De acordo com Selan (2014) o sistema financeiro nacional através da intermediação financeira, financia o crescimento da economia, e a partir disso torna-se evidente sua função, tanto social quanto econômica.

A origem e evolução do sistema financeiro no Brasil de acordo com BRITO (2005) foram marcadas por quatro grandes fases: Da família real até a primeira guerra mundial (1808 – 1914), da primeira guerra mundial até a segunda guerra mundial (1914 – 1945), após a segunda guerra mundial até a grande reforma financeira (1945 – 1964), da grande reforma financeira até hoje (1.964 – nossos dias).

A primeira fase foi marcada por eventos como: a criação do Banco do Brasil, a abertura dos portos, com acordos comerciais diretamente entre as partes envolvidas e a autorização para instalação de bancos internacionais no Brasil. Na segunda fase destacam-se eventos como: a criação da câmara de compensação em 1921, a instituição da inspetoria geral dos bancos em 1920, o fortalecimento dos critérios e normas para atividade dos bancos no Brasil. Na terceira fase observam-se eventos como: a criação da superintendência da moeda e do crédito (SUMOC) em 1945, que tinha como objetivo a supervisão e controle do mercado monetário, e compartilhando com o Banco do Brasil as diversas funções executivas de autoridade monetária, a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E finalmente os eventos da quarta fase foram: a aprovação da Reforma Bancária, lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, instituição do Banco central, aprovação da lei dos mercados de capitais nº 4.728, e através da resolução nº 1.524 de 1988 em 21

de setembro, foram estabelecidos os bancos múltiplos e a organização do sistema financeiro (BRITO, 2005).

### 2.1.1 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está estruturado por órgãos normativos que determinam regras gerais para o bom funcionamento do SFN, órgãos supervisores que trabalham para que os cidadãos e os integrantes sigam as regras definidas pelos órgãos normativos e órgãos operadores que são as instituições que lidam diretamente com o público, no papel de intermediário financeiro.

A figura a seguir representa o nível hierárquico, e como estão distribuídos os órgãos que compõe a forma estrutural do sistema financeiro nacional.

**FIGURA 01 – Estrutura do Sistema Financeiro Nacional**



### 2.1.1.1 Órgãos Normativos

- Conselho Monetário Nacional – CMN

O conselho monetário nacional (CMN) é o órgão máximo normativo do sistema financeiro foi criado em, 31 de dezembro de 1964, pela lei nº 4.595, e têm como principal responsabilidade a função de formular a política nacional da moeda e do crédito. Uma das principais atividades do conselho é constituir metas de inflação, além disso, é responsável por garantir a estabilidade da moeda e o desenvolvimento social e econômico do país.

- Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas atribuições são: regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), bem como a aplicação das penalidades previstas; fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro; prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações e disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor (BACEN, 2021).

- Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC

O Conselho Nacional de Previdência Complementar possui como principal função regular o regime de previdência complementar atuado pelas entidades fechadas de previdência complementar, este órgão possui como presidente o ministro da previdência, em sua composição estão representantes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da economia, das entidades fechadas de previdência privada, dos patrocinadores e instituidores de planos

de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar e dos participantes e assistidos de planos de benefícios das referidas entidades (PREVIDENCIA, 2021). O CNPC é o principal órgão normativo do mercado de previdência complementar no Brasil ele estabelece as diretrizes desse mercado e como ele deve funcionar.

#### 2.1.1.2 Entidades Supervisoras

- Banco Central do Brasil – BACEN

O Banco Central do Brasil foi fundado em 1964 pela lei nº4.595 de 31 de dezembro sendo o principal executor das normas do Conselho Monetário Nacional e possui responsabilidade de garantir o poder de compra da moeda nacional, e têm como objetivos; zelar pela adequada liquidez da economia brasileira, manter as reservas internacionais em níveis adequados, estimular a poupança, cuidar da estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro (BACEN, 2021). O Banco Central é o mais importante órgão executivo do sistema financeiro nacional, pois além das atribuições citadas acima ele é responsável também pela emissão de papel moeda, fiscalizar as instituições financeiras e as autorizar a funcionar, entre outras.

- Comissão de Valores Mobiliários – CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é a responsável pela fiscalização do mercado de capitais no Brasil ela fiscaliza as bolsas de valores e as sociedades corretoras, tem por finalidade proteger o investidor através da divulgação da informação das empresas que negociam títulos no mercado de títulos mobiliários. A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e detém patrimônio e personalidade jurídica próprios, esta entidade possui também o papel de fiscalizar a emissão de valores mobiliários no mercado o mercado de derivativos entre outros.

- Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) foi criada por meio do decreto nº 73 em 21 de novembro de 1996 com a finalidade de regular todas as operações de seguros e resseguros e junto com isso surgiu o Sistema Nacional de Seguros Privados formado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, Superintendência de Seguros Privados e pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a SUSEP veio para substituir o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC). (SUSEP, 1997)

A SUSEP é o responsável pela fiscalização do mercado segurador no Brasil que abrange os mercados de seguro, capitalização, previdência complementar e resseguros ela procura cuidar dos interesses dos consumidores desses produtos, faz cumprir as normas e políticas do CNSP entre outras, observa-se a importância desse órgão, pois este traz a sociedade mais segurança no momento da contratação de um plano de previdência complementar, seguro ou capitalização.

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) é uma autarquia de natureza especial e possui autonomia financeira e administrativa e patrimônio próprio, ela está vinculada ao Ministério da Economia e possui abrangência nacional com a finalidade de fiscalizar e supervisionar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar. Além disso, está responsável por apurar e julgar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis, expedir instruções e estabelecer procedimentos para a aplicação das normas, autorizar a criação e funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar entre outras (PREVIC, 2020).

#### 2.1.1.3 Operadores

- Brasil Bolsa Balcão (B3)

O Brasil Bolsa Balcão (B3) surgiu em março de 2017 a partir da união entre a BM&FBOVESPA e a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), com o propósito de conectar desenvolver e viabilizar o mercado

financeiro e de capitais (B3, 2020). A B3 possui no Brasil o monopólio da comercialização de títulos de valores mobiliários é nela que estão listadas as empresas de capital aberto que negociam suas ações no mercado financeiro, a sua importância se dá devido a sua capacidade de gerar liquidez ao mercado de ativos financeiros. No seu ambiente são negociados títulos de renda fixa, variáveis e derivativos, entre os de renda fixa estão os títulos públicos federais, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e etc. Já os títulos de renda variável destacam-se as ações, câmbio, ouro e estes têm seus valores corrigidos de acordo com a oferta e a demanda, enquanto que os derivativos estão distribuídos entre o mercado a termo, opções, swaps e mercado futuro. De acordo com Selan (2014, pg. 171) “O mercado de derivativos é resultante do mercado à vista, isto é, todos os produtos negociados nesse mercado, assim como a formação de seus preços, derivam do mercado à vista”. Este mercado pode ser compreendido como uma forma de aposta em que o valor de determinado ativo irá subir ou descer em um determinado intervalo de tempo.

- Demais Intermediários Financeiros

- Corretoras de valores

As sociedades corretoras de valores funcionam com um tipo de ponte que ligam o investidor a bolsa de valores, pois é por meio delas que a população tem acesso aos ativos disponíveis no mercado de capitais brasileiro, de acordo com Andrade (2017), os investidores podem ter acesso aos produtos que são comercializados na bolsa e assim aumentar seu universo de opções para rentabilizar e diversificar sua carteira de investimento.

- Seguradoras

As sociedades seguradoras são organizações constituídas em forma de sociedade anônima que são especializadas em firmar contratos onde assumem a responsabilidade de indenizar o contratante em casos de ocorrência de

sinistros<sup>2</sup>. A seguradora aloca parte do valor pago para uma reserva técnica onde esses recursos são aplicados no mercado financeiro e com isso conseguir cobrir seus custos operacionais, e, além disso, as indenizações que se faz necessário (LAGIOIA, 2011).

## 2.2 Previdência Social

O Brasil teve seu primeiro marco previdenciário em 1923 com o surgimento da Lei Eloy Chaves<sup>3</sup>, instituído pelo Decreto Legislativo nº 4.682 de 24 de janeiro. Esta lei tratava especificamente dos Caixas de Aposentadorias e pensões das empresas ferroviárias devido à organização e força política de seus sindicatos. O principal objetivo da lei era apoiar os trabalhadores após seu período de atividade.

Na década de 1930 com o aumento da população urbana e a ampliação do sindicalismo levaram a uma tendência de organização previdenciária por categoria profissional, o que fortaleceu as instituições de previdência, que foram assumidas pelo Estado, surgindo assim os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs. Já em 1960, no dia 26 de agosto com o surgimento da Lei Orgânica de Previdência Social nº 3.807, unificou a legislação referente aos institutos de aposentadoria e pensão. Em meados da década de 1970, a cobertura da previdência expandiu-se com a centralização de recursos no governo federal, especialmente devido às seguintes medidas: em 1972, a inclusão dos empregados domésticos; em 1973, a regulamentação da inscrição de autônomos em caráter compulsório; em 1974, a instituição do amparo previdenciário aos maiores de 70 anos de idade e aos inválidos não-segurados (idade alterada posteriormente); em 1976, extensão dos benefícios de previdência e assistência social aos empregadores rurais e seus dependentes.<sup>4</sup>PREVIDENCIA (2017).

---

<sup>2</sup> Sinistro é uma ocorrência de todo evento que tem cobertura no seguro contratado e esteja especificado na apólice.

<sup>3</sup> Redigida pelo deputado federal paulista que acabou emprestando o nome ao projeto, a legislação foi publicada em 24 de janeiro de 1923, e criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP), inicialmente voltadas apenas às empresas de estradas de ferro. Disponível em: <https://www.dntemdebate.com.br/24-de-janeiro-de-1923-e-publicada-a-lei-eloy-chaves-marco-no-desenvolvimento-da-previdencia-social-no-brasil/>. Acessado em 01 de abril de 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/breve-historico/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%B0%203.807,Institutos%20de%20Aposentadorias%20e%20Pens%C3%B5es.&text=Com%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988,Sa%>

Com a criação da Constituição Federal em 1988, a Seguridade Social se tornou um direito composto pelas áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social. Além da previdência social, existem também regimes próprios nos âmbitos da União, os estados, o Distrito Federal e os municípios que tem como características. Os entes públicos como União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam instituir, no âmbito de suas competências, regimes jurídicos únicos e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas (Constituição Federal, 1988, p. 47 artigo 39). A Constituição também assegurou a compensação financeira para os trabalhadores que migrassem do Regime Geral para o Regime Jurídico Único. As aposentadorias dos servidores deveriam ocorrer com proventos iguais à última remuneração. Os índices seriam reajustados aos mesmos dos concedidos aos servidores da ativa e quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade deveriam ser concedidos também aos inativos (Constituição Federal, 1988, p. 48 artigo 40). (NAJBERG, IKEDA p. 269-270, 1999)

Logo em 27 de julho de 1990 com o Decreto nº 99.350 o então presidente Fernando Collor de Melo criou o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que surgiu da união do Instituto Nacional da Previdência Social – INPS com o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, que têm como competência a operacionalização do reconhecimento dos direitos dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. No art. 201 da Constituição Federal Brasileira (1988, p. 141), observa-se a organização do RGPS, que tem caráter contributivo e de filiação obrigatória, e onde se enquadra toda a atuação do INSS, logicamente respeitadas as políticas e estratégias governamentais oriundas dos órgãos hierarquicamente superiores, como o MPS.<sup>5</sup> (PREVIDÊNCIA, 2017).

Ou seja, a partir de 1990 com o surgimento do INSS tornou-se de caráter obrigatório a contribuição para todos os trabalhadores formais que

---

C3%BAde%2C%20Assist%C3%AAncia%20e%20Previd%C3%AAncia%20Social. Acessado em 11 de outubro de 2020.

<sup>5</sup> PREVIDÊNCIA 2017 Disponível em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/breve-historico/#:-:text=O%20Instituto%20Nacional%20do%20Seguro,o%20Instituto%20Nacional%20de%20Previd%C3%AAncia>. Acessado em 05 de outubro de 2020.

possuam carteira assinada e estejam amparados através da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

### 2.2.1 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Com o surgimento do INSS os trabalhadores formais tiveram mais segurança em relação à seguridade social, que abrange as áreas de saúde, previdência e assistência social essa dispõe ao contribuinte benefícios como, aposentadoria por idade, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, amparo social ao idoso e aos portadores de deficiência e etc.

O INSS vem sofrendo com instabilidades ao longo de seu histórico, em sua reforma mais recente em 2019 foram instituídas alterações significativas nas formas de aposentadoria, seu principal objetivo é a implantação de idade mínima e mudanças nas formas de cálculo dos benefícios. Com o déficit de R\$ 317,9 bilhões apresentado em 2019, a previdência social gera incerteza quanto a sua eficácia. (Costa et al 2019)

Ao longo dos anos o Sistema Previdenciário Brasileiro vem causando problemas estruturais nas contas públicas, devido a aspectos relacionados ao grau de longevidade humana, mudanças de trabalhos e os efeitos da Constituição Federal de 1988, os quais vem causando o desequilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Pública brasileira. (Costa *et al.*p. 83,2019).

Após a reforma da previdência em 2019, as alíquotas foram alteradas de acordo com o salário de contribuição de cada contribuinte, aumentando assim o percentual para aqueles que possuem proventos acima de um salário mínimo, conforme o Quadro1.

**Quadro 1: Comparativo de alíquotas antes e depois da reforma previdenciária de 2019**

Tabela para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso de 1º de janeiro 2020 a 29 de fevereiro de 2020.		Tabela para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso a partir de 1º de março de 2020.	
Salário de Contribuição	Alíquota	Salário de Contribuição	Alíquota

(R\$)		(R\$)	
Até R\$ 1.830,29	8%	Até R\$ 1.045,00	7,5%
De R\$ 1.830,30 a R\$ 3.050,52	9%	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 3.050,53 até R\$ 6.101,06	11%	De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40	12%
		De R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06	14%

Fonte: Adaptado de INSS (2020) <sup>6</sup>

A partir disso torna-se interessante um melhor planejamento financeiro pessoal, para se obter uma forma de complementação de renda após o período laboral, e assim assegurar uma situação financeira melhor e mais confortável no futuro.

### 2.3 Planejamento Financeiro Pessoal

O planejamento financeiro se inicia a partir do momento em que definimos metas a serem alcançadas, sejam de curto, médio e longo prazo em relação a finanças pessoais. De acordo com GITMAN (2010), as metas de médio e curto prazo sustentam as de longo prazo, que levam em consideração fatores como idade e momento de vida, e devem ser estabelecidas de maneira cautelosa e realista.

Como a maioria das pessoas recebe um valor fixo de rendimentos mensais elas precisam elaborar maneiras para honrar com seus compromissos e é através do orçamento pessoal que isso se torna possível, de acordo com (GITMAN, 2010 p. 113) “O orçamento pessoal é um relatório de planejamento financeiro de curto prazo que ajuda as pessoas ou famílias a atingir suas metas financeiras de curto prazo”. No quadro 2 abaixo será demonstrado um exemplo de um orçamento pessoal:

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/>. Acessado em 13 de outubro de 2020.

### Quadro 2: Orçamento pessoal

	Jan.	Fev.	Mar.
<b>Rendimentos</b>			
Salário líquido	\$ 4.775	\$ 4.775	\$ 4.775
Receita financeira			\$ 90
(I) Total de rendimentos	\$ 4.775	\$ 4.775	\$ 4.865
<b>Despesas</b>			
(2) total de despesas	\$ 4.026	\$ 5.291	\$ 7.396
Saldo excedente ou déficit de caixa [(1) – (2)]	\$ 749	(\$ 516)	(\$ 2.531)
Saldo excedente ou déficit acumulado de caixa	\$ 749	\$ 233	(\$ 2.298)

Fonte: Adaptado de GITMAN 2010.

O quadro demonstra o resultado da falta de planejamento financeiro onde no segundo mês o orçamento apresentado demonstra um déficit de caixa de R\$ 516,00 e no terceiro mês um esse déficit aumenta para R\$ 2.531,00 e como saldo acumulado no trimestre apresenta um déficit de R\$ 2.298,00.

Tendo em vista essa situação serão necessárias medidas como aquisição de empréstimos ou cortes de despesas para equilibrar o orçamento nos próximos períodos. A partir disso percebe-se que, antes de pensarmos em investir em produtos como a presidência complementar devemos nos planejar financeiramente para isso.

O planejamento financeiro torna-se interessante diante dessa situação, pois são vários os motivos que levam a um déficit no final do mês, o aumento dos preços de bens, causas médicas, despesas inesperadas entre outras. A partir de um bom planejamento e a constituição de reservas de emergência não se faria necessário a aquisição de linhas de crédito para cobrir gastos inesperados que possam vim a comprometer o orçamento mensal e causar déficits.

## 2.4 Previdência Privada

A previdência privada ou complementar como o próprio nome sugere não tem como objetivo substituir o Regime Geral ou Regime Jurídico próprio como no caso dos entes públicos, mas sim agir como forma de complemento de renda, ou até mesmo como forma de conservar a renda após a aposentadoria, pois aqueles trabalhadores assegurados pelo INSS que recebem salário acima do teto de R\$ 6.101,06, estarão limitados a receber esse valor do INSS.

Nesse contexto de acordo com LEAL e NASCIMENTO (2011), a partir do aumento da expectativa de vida das pessoas e com rendas cada vez maiores, existe a preocupação com investimentos visando uma aposentadoria que não dependa totalmente de previdência oficial.

Segundo Pena (2008), a previdência privada teve sua primeira jurisdição no Brasil a partir da lei nº 6.435 de 1977, surgiu à necessidade de regularização dos montepios, e com isso canalizar os recursos da poupança previdenciária ao desenvolvimento do mercado de capitais no país. De acordo com JARDIM (p.86 2003):

A origem das primeiras atividades de previdência no Brasil remonta aos primeiros anos da colonização. Naquele momento, os colonos buscaram seguir a tradição Portuguesa em termos de organização corporativa, instituindo o modelo de Misericórdia no Brasil. No ano de 1543 foi criada, por Brás Cubas, a primeira santa casa, denominada Santa Casa de Misericórdia de Santos, que instituiu uma "caixa" ou "montepio" para seus empregados.

A partir disso percebe-se que desde o período colonial no Brasil já existia a necessidade de acumular reservas, e uma preocupação com as incertezas do futuro, neste cenário ao longo dos anos os montepios foram se multiplicando até o momento em que surgiu sua regulamentação em 1977.

Logo após a implantação da Lei nº 6.435 de 1977 os montepios passaram a ser fiscalizados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e deram origem aos primeiros planos de previdência complementar regulamentados pelo Governo.

Em seguida a previdência privada foi dividida em duas partes, que são: entidade aberta e entidade fechada. As entidades fechadas estão destinadas de forma exclusivas a funcionários de uma determinada empresa ou grupo

econômico e são denominadas de fundos de pensão. Já as entidades abertas de previdência complementar são acessíveis ao público em geral onde qualquer pessoa física pode adquirir um plano de previdência complementar.

O funcionamento de uma sociedade de previdência privada é similar aos das sociedades seguradoras, pois com os recursos aportados pelos participantes, elas os aplicam no mercado financeiro atuando como investidores institucionais, auferindo rendimentos pela aplicação dos recursos em títulos de renda fixa e variável (SELAN 2014). Ou seja, as sociedades de previdência complementar captam os recursos de seus contribuintes e os aplica no mercado financeiro para a partir disso gerar renda a seus clientes, essas aplicações podem ser em renda fixa ou variável a depender do perfil do contribuinte com isso percebe-se que além de uma forma de se proteger em situações de vulnerabilidade a previdência privada pode ser vista também como um investimento a longo prazo.

Os principais planos de previdência complementar no Brasil são, o Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, os mesmos possuem regimes de tributação progressiva e regressiva. Esses planos trazem benefícios como renda vitalícia, renda anual os valores aplicados podem ser resgatados em sua totalidade em um período determinado no momento da contratação e além disso os recursos aplicados não entram em inventário, ou seja, em caso de falecimento do contribuinte os beneficiários indicados recebem os recursos ou benefícios sem burocracia, existem também alguns pontos negativos como o prazo de carência para resgate e geralmente a rentabilidade baixa em relação a outras aplicações financeiras.

#### **2.4.1 Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)**

O plano de previdência complementar na modalidade VGBL que surgiu em 2002 possui características de um seguro de vida e tem como finalidade a obtenção de uma renda mensal ou recebimento único dos recursos acumulados durante o período de acumulação. Segundo a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (2020), o VGBL pode ter sua carteira de investimentos distribuída de três formas;

- Soberano: Onde a carteira é formada apenas por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados do Tesouro Nacional.
- De Renda Fixa: Nesta modalidade a carteira de investimentos pode ser formada além dos títulos do Tesouro Nacional ou do Banco Central e crédito securitizados pelo Tesouro Nacional, abrange também os títulos de Renda Fixa em suas modalidades aceitas pela legislação vigente.
- Composto: Nessa modalidade deve-se conter um percentual mínimo e máximo de aplicação em renda variável, respeitando a diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente.

De acordo com Fischer (p. 31, 2017), o plano de modalidade Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, busca a seguridade do contribuinte no momento em que vier a se aposentar ou falecer, disponibilizando o valor do benefício ao beneficiário indicado, sendo que, conforme critérios do contrato, se o contribuinte vier a sobreviver ao tempo estipulado pelo plano, receberá os valores acumulados definidos no momento da contratação.

Esse plano proporciona ao participante a possibilidade de resgatar em vida os valores acumulados acrescidos dos rendimentos após um período mínimo de carência, que na maioria dos casos pode variar de seis meses a um ano, e também na forma de renda complementar após o período estipulado em contrato.

De acordo com Fischer (2017), os benefícios dos planos de previdência complementar visam acrescentar renda ao contribuinte em decorrência de situações de incapacidade laboral, obtendo os valores estipulados em contrato de acordo com cada situação.

Outro benefício do VGBL é em sua forma de tributação que pode seguir tanto na tabela regressiva quanto na progressiva, que permite ao contribuinte analisar seu horizonte de investimento e optar pela mais vantajosa de acordo com o tempo da aplicação.

Em concordância com Silva (2004), o VGBL pode atuar de maneira complementar com o PGBL, pois nos casos em que o contribuinte optar em contribuir mais do que os 12% que podem ser deduzidos da base de cálculo do imposto de renda nos demais planos, estará se beneficiando ao máximo do incentivo fiscal aplicando os recursos excedentes em um plano VGBL.

Essa modalidade é mais indicada para contribuintes que realizam a declaração de Imposto de Renda - IR simplificada, pois não possui benefício fiscal de dedução de imposto de renda, por outro lado no momento do resgate ou obtenção de renda a incidência do tributo será apenas sobre o rendimento obtido no período e não sobre o montante total.

#### 2.4.2 Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)

O plano de previdência complementar na modalidade PGBL surgiu em 1997, é indicado para investidores que realizam a declaração de imposto de renda em sua forma completa, pois este permite uma dedução de até 12% de sua renda tributável, ou seja, se um investidor pretende aplicar um valor superior a 12% de sua renda mensal em planos de previdência se torna mais vantajoso aplicar 12% em PGBL e o restante no VGBL.

Além disso, outra característica importante a ser observada é a forma de tributação no momento do resgate ou obtenção de renda, pois no PGBL o imposto de renda incide sobre o valor total acumulado e não apenas sobre o rendimento. O quadro a seguir demonstra a diferença entre os planos PGBL e VGBL.

**Quadro 3: Diferenciação entre os planos PGBL e VGBL**

PLANO	PGBL	VGBL
Indicado para	Contribuintes que realizam declaração completa do IR.	Contribuintes que realizam a declaração simplificada ou aqueles que são isentos de IR.
Benefício fiscal	Dedução na base de cálculo do Imposto de Renda até o limite de	Não pode ser deduzido do Imposto de Renda.

	12% da renda bruta anual.	
Imposto de Renda	A incidência de IR é sobre o valor total da renda paga. Não há incidência de IR sobre os rendimentos.	Não há incidência de IR sobre o total da renda paga. Apenas sobre o rendimento.

Fonte: Adaptado de SUSEP 2020.

O quadro 3 demonstrou as principais características de cada plano, estes podem ter suas alíquotas distribuídas de duas maneiras a regressiva e a progressiva que serão apresentadas nos quadros a seguir.

#### Quadro 4: Alíquotas progressivas

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,55	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Adaptado de MAG SEGUROS, 2019.

O quadro 4, que apresenta as alíquotas progressiva, descreve que no momento do resgate será cobrada uma alíquota fixa de IR de 15%, onde a diferença para mais ou para menos será ajustada na declaração anual do Imposto de Renda. Já no caso do recebimento do benefício em forma de renda, serão somados o valor do benefício com os outros rendimentos do contribuinte para base de cálculo do IR.

#### Quadro 5: Alíquotas regressivas

PRAZO DE ACUMULAÇÃO	ALÍQUOTA (%)
Até 02 anos	35

Acima de 02 anos e até 04 anos	30
Acima de 04 anos e até 06 anos	25
Acima de 06 anos e até 08 anos	20
Acima de 08 anos e até 10 anos	15
Acima de 10 anos	10

Fonte: Adaptado de MAG SEGUROS, 2019.

O quadro 5, que apresenta as alíquotas regressivas tem como característica a redução gradativa da alíquota do IR de acordo com o tempo em que o investimento é mantido, a cada dois anos existe uma redução de 5% e acima de 10 anos um percentual fixo de 10%.

A carteira de investimento do PGBL pode ser composta pelas modalidades: Soberano, Renda Fixa e Composto. Sua finalidade é a concessão de benefícios de previdência aberta complementar que serão definidos no momento da inscrição além da data escolhida para a obtenção dos mesmos.

Segundo a SUSEP (2020) “O valor do benefício será calculado em função da provisão matemática de benefícios a conceder na data da concessão do benefício e do tipo de benefício contratado, de acordo com os fatores de renda apresentados na Proposta de Inscrição”.

## **2.5 Município de Sumé-PB**

O município de Sumé está localizado na região do cariri do estado da Paraíba teve sua história iniciada no século XVIII com a fixação dos colonos na região do cariri paraibano que vieram do estado de Pernambuco, onde se estabeleciam com fazendas de gado.

A povoação foi fundada, em 1903, por Manuel Augusto de Araújo, na confluência do Rio Sucuru com o Riacho São Tomé, ficando conhecida com o nome do riacho. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 520, de 31/12/1943, o distrito de São Tomé passou a denominar-se Sumé.

Em 2010 de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a população de Sumé foi estimada 16.060 habitantes, sua extensão territorial é de 838,071 km<sup>2</sup>, o Município tem uma área de 864 km, representando 1,53% da área do Estado, e está localizado na

Microrregião dos Cariris Velhos, numa altitude média de 533 m, com a seguinte posição geográfica: 7° 40' 13" latitude sul, 36° 52' 58" longitude oeste.

O fuso horário em relação à Greenwich é – 03:00h (menos três horas). Tem como municípios limítrofes ao norte: São José dos Cordeiros e Itapetim (PE); ao sul: Camalaú e Monteiro; a leste: Serra Branca e Congo; à oeste: Ouro Velho, Prata e Monteiro.<sup>7</sup>

De acordo com dados do IBGE em 2018 o salário médio mensal da população de Sumé era de 1,9 salários mínimos. Já a proporção de pessoas ocupadas em relação ao total era de 8,2%. Na educação, o município se destaca com uma taxa de escolarização de 97,5 % para crianças de 6 a 14 anos no censo de 2010. (IBGE 2020)

Em 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 10.389,04. O percentual das receitas oriundas de fontes externas em 2015 foi de 89,4% e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,627. O total de receitas realizadas em 2017 foi de R\$ 48.923.180,00, já as despesas empenhadas no mesmo ano chegaram a R\$ 44.739.220,00.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 4.42 para cada 1.000 crianças nascidas vivas. As internações oriundas de diárias são de 7.9 para cada 1.000 habitantes. Em comparação aos municípios do estado da Paraíba, fica nas posições 154 de 223 e 15 de 223, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 4040 de 5570 e 375 de 5570, respectivamente.

O município de Sumé tem como prefeito Éden Duarte Pinto de Sousa, reeleito em 2020 e como vice prefeito Manoel Lourenço Queiroz Duarte. A Assistência Social possui objetivos e competências genéricas tais como: o desenvolvimento unificado da política de proteção social básica e de promoção social especial para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, por intermédio da estruturação da rede e das unidades públicas de assistência social, nominadas de Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, e unidades congêneres, localizadas em áreas com maiores índices de vulnerabilidade social, destinada a prestação de serviços sócio assistenciais típicos às famílias.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/historia/> Acessado em 24 de março de 2021.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia científica pode ser caracterizada como uma explicação detalhada de um estudo com a finalidade de compreender com total precisão suas particularidades. De acordo com SILVA (p. 13, 2010) “entende-se metodologia como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento”.

Do ponto de vista da abordagem do problema, a presente pesquisa classifica-se como quantitativa. De acordo com SILVA (p. 28, 2010), pesquisa quantitativa significa: “Quantificar opiniões, dados, na forma de coleta de informações”.

Com relação aos objetivos trata-se de uma pesquisa descritiva, de acordo com GIL (p.28, 2008).

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para Gil (2008), esse tipo de pesquisa busca analisar as características de um determinado grupo: sua distribuição por sexo, idade, procedência, nível de escolaridade, renda e etc. Além disso, busca descobrir a existência de associação entre variáveis.

Ao analisar os procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa de campo elaborada, que para Gil (2008) Os estudos de campo buscam um aprofundamento maior das questões propostas do que apenas a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Serão utilizados questionários que podem ser definidos como uma técnica de investigação composta por questões submetidas a pessoas com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL 2008)

Em relação à coleta de dados, será aplicado questionário para uma amostra induzida da população do município de Sumé – PB para a verificação do grau de compreensão dos mesmos acerca do tema proposto, diante disto os

procedimentos utilizados consistem numa pesquisa quantitativa e de obtenção de informações com a utilização de questionários.

Em relação ao universo da pesquisa o presente estudo será realizado na cidade de Sumé – PB, no qual será verificado o nível de adesão e compreensão da população a respeito do tema proposto, far-se-á uso de um questionário sócio econômico composto por 17 perguntas – de caráter objetivo, cuja amostra será induzida por categorias, como profissionais liberais, funcionários de empresa privada, servidores públicos estaduais e municipais, comerciantes, o qual será aplicado a uma amostra de 102 pessoas. A fim de quantificar tais fatos e estabelecer uma correlação entre as diversas variáveis analisadas.

Além disso, esta pesquisa fará uso do método de entrevista estruturada que de acordo com GIL (p.113, 2008).

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

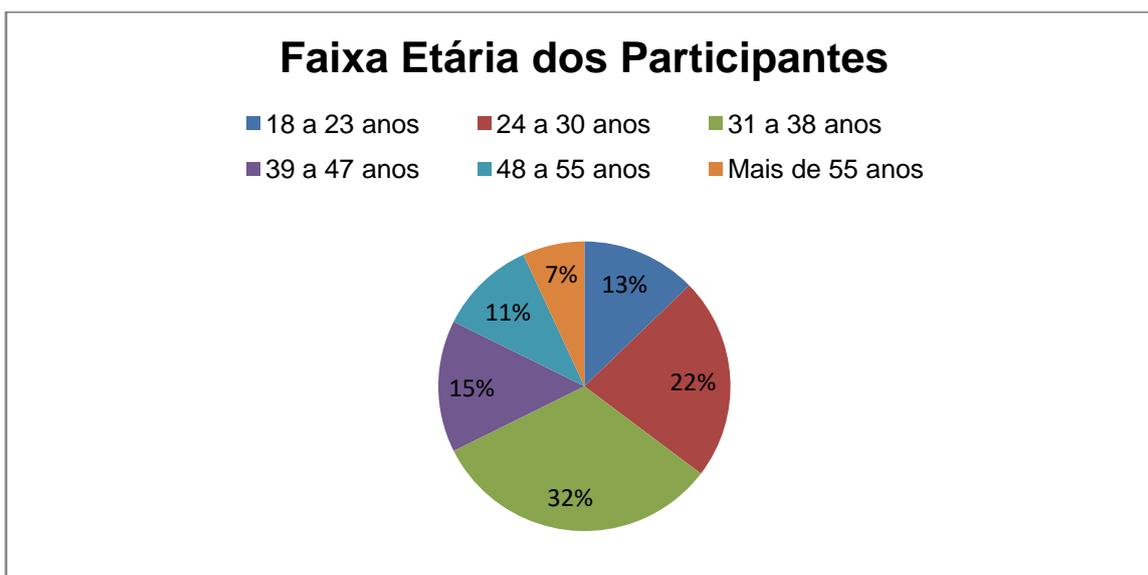
A entrevista estruturada tem a utilização de questionários, que proporciona maior otimização neste processo à medida que os entrevistados podem respondê-lo presencialmente, a fim de proporcionar maior facilidade, em virtude da maioria das perguntas serem de caráter objetivo, o que tornou possível uma melhor quantificação dos dados e melhor comparação entre os mesmos. Utilizemos o programa Excel para tabular esses questionários e assim demonstrar de uma maneira clara os resultados, fazendo uso de gráficos para ser mais interativo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta sessão serão analisados os dados adquiridos através de questionários, aplicados com uma amostra induzida de 102 habitantes do município de Sumé– PB, durante o período de 04 a 07 de abril de 2021, os dados foram coletados em órgãos públicos como a prefeitura municipal da cidade, o batalhão de polícia e também empresas privadas como supermercados e bancos, além disso, foram coletadas informações de profissionais liberais como contadores e advogados entre outros, com a finalidade de verificar o grau de compreensão dos mesmos a respeito do tema proposto.

A faixa etária dos participantes está distribuída a partir de 18 anos até mais de 55 anos, onde sua maioria é representada por participantes com idade entre 31 a 38 anos que representam 32% da amostra, seguindo pela faixa etária de 24 a 30 anos com representatividade de 22%, as demais estão distribuídas no gráfico 01. Ao cruzar os dados de faixa etária com o nível de compreensão dos respondentes foi constatado que aqueles com idade entre 31 a 38 anos possuem um maior grau de conhecimento perante os demais e logo em seguida aqueles com faixa entre 39 e 47 anos.

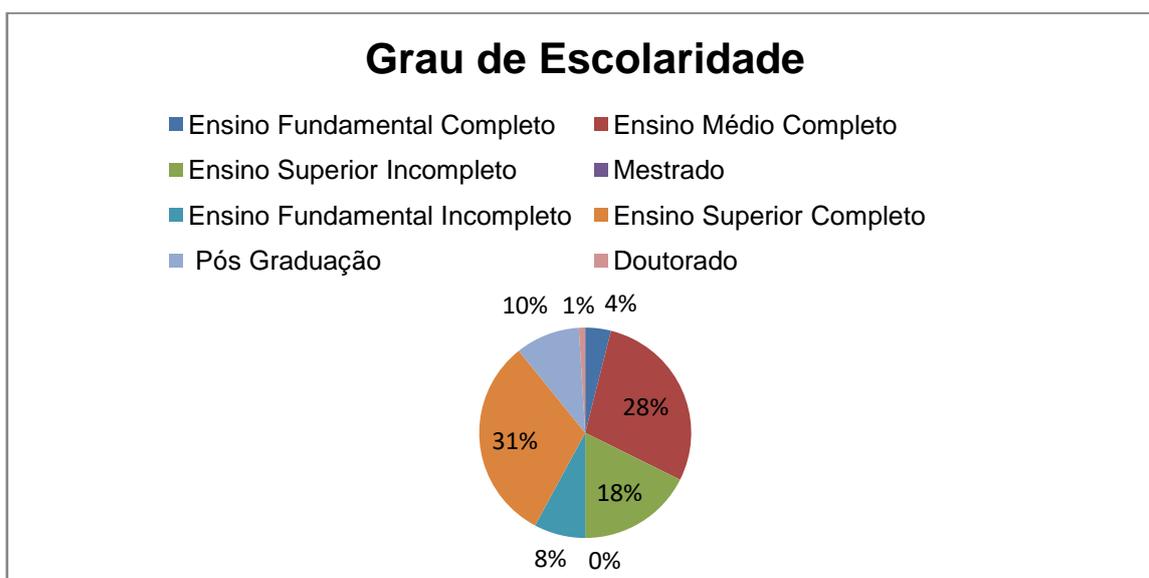
**GRÁFICO 01 – Faixa Etária dos Participantes**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

O grau de escolaridade dos participantes em sua maioria é de ensino superior completo que representam 32%, logo em seguida com 28% vem o ensino médio completo, nota-se que maior parte dos participantes possui um considerável grau de escolaridade conforme apresentado no gráfico 02. Pode-se observar também que existe uma relação entre a faixa etária e grau de escolaridade, pois a maioria dos participantes com idade entre 24 e 30 anos.

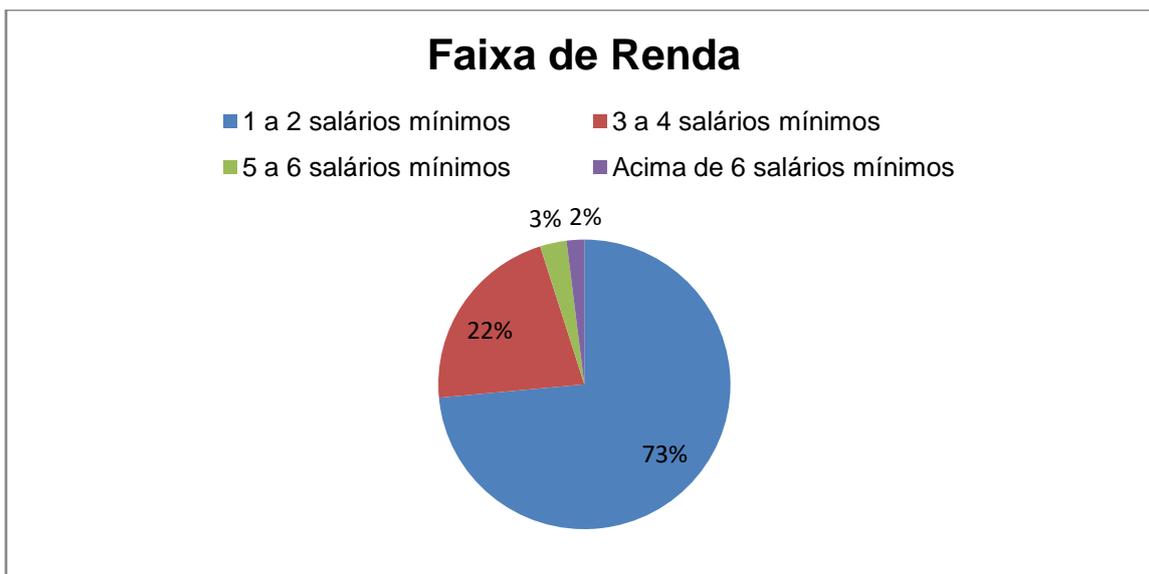
**GRÁFICO 02 – Grau de Escolaridade**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

A faixa de renda dos respondentes demonstrada no gráfico 3 está classificada entre 1 e 2 salários mínimos, até acima de 6, onde a faixa de 1 a 2 representa 73% da renda dos participantes em seguida de 3 a 4 salários que se destaca com 22% da amostra. Outro fator importante a ser observado é a relação entre renda e grau de escolaridade, foi verificado que quanto maior o grau de escolaridade dos entrevistados maior sua renda, pois apenas quatro participantes que possuem ensino médio completo têm renda de 3 a 4 salários e somente um com ensino fundamental completo, os demais participantes que têm renda acima de 2 salários possuem pelo menos o ensino superior incompleto.

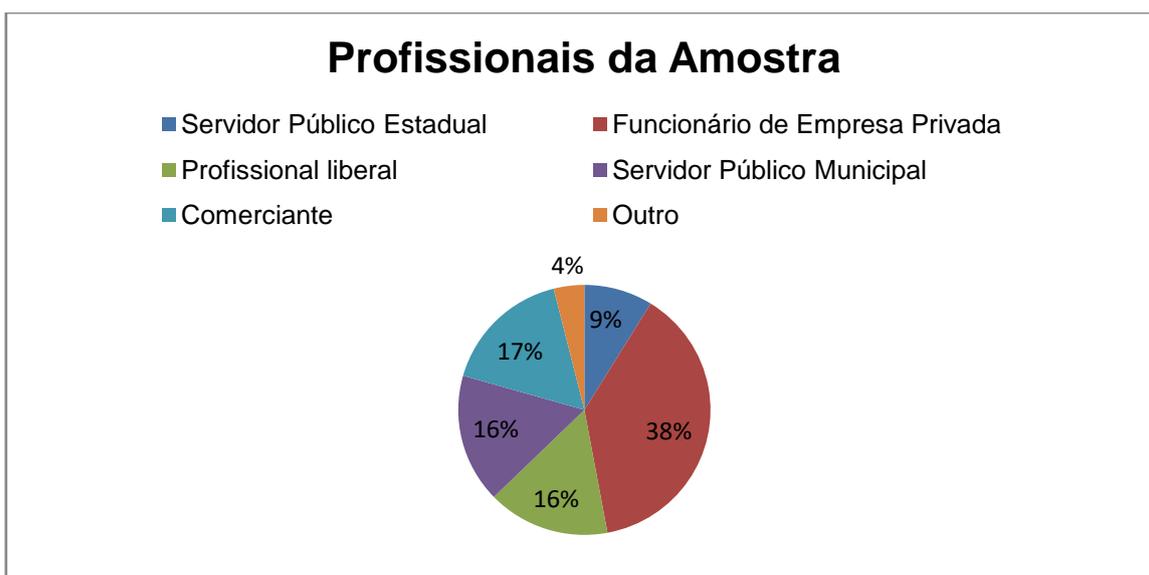
**GRÁFICO 03 – Faixa de Renda**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

O gráfico a seguir representa a profissão dos entrevistados que têm em sua maioria funcionários de empresa privada com uma representatividade de 38%, em seguida destacam-se os comerciantes com 17%, servidor público municipal com 16% e profissional liberal também com 16%, em seguida vêm o servidor público estadual com 9% e por fim 4% de servidores públicos federais que responderam “outro” no questionário.

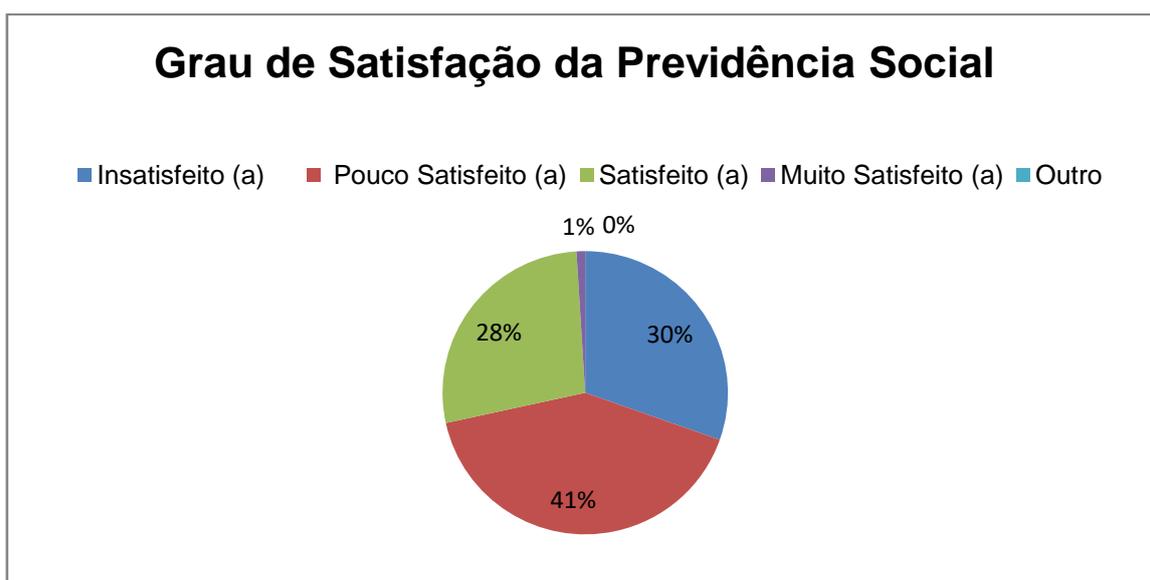
**GRÁFICO 04 – Profissionais da Amostra**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

No próximo gráfico será representado o grau de satisfação com a Previdência Social, onde mais de 40% dos entrevistados estão pouco satisfeitos com a mesma e 30% estão insatisfeitos, em contrapartida 28% estão satisfeitos e apenas 1% está muito satisfeito. Isso mostra que maior parte da amostra que representa 71% não está satisfeito com o atual cenário da Previdência no Brasil, outro fator relevante a ser observado, a partir do cruzamento das informações do gráfico 3 como o 5, é que quanto maior a renda menor o grau de satisfação com a Previdência Social, pois apenas 5 das 24 pessoas que estão satisfeitas ou muito satisfeitas possuem renda acima de 2 salários mínimos, isso mostra a importância da Previdência Privada para uma futura complementação de renda, principalmente para aqueles que desejam manter seu padrão de vida após a aposentadoria.

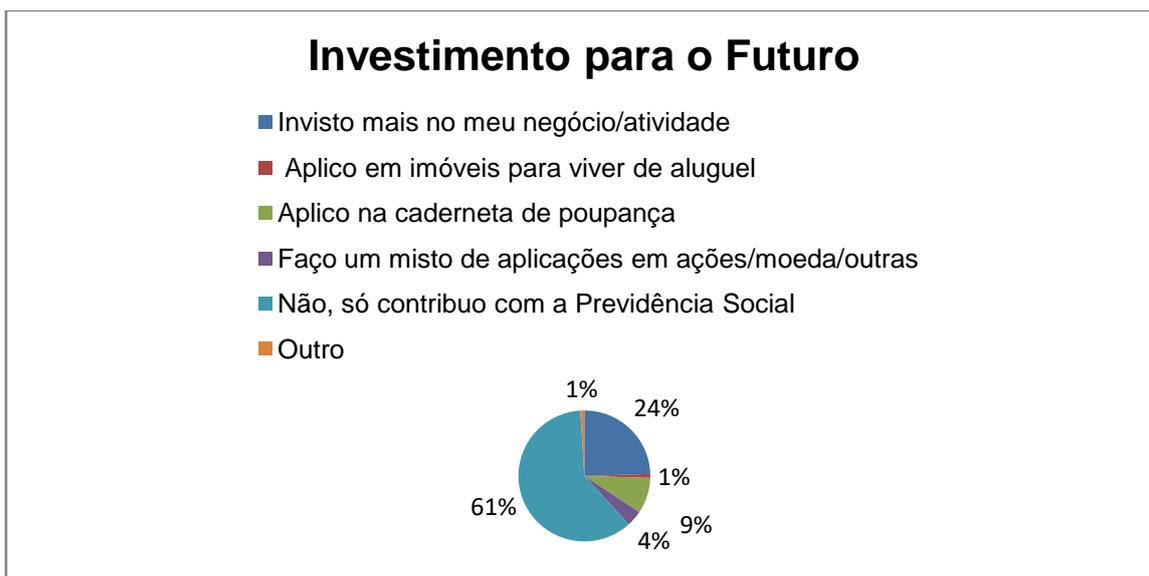
#### GRÁFICO 05 – Grau de Satisfação da Previdência Social



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

O gráfico 06 demonstra quais investimentos estão sendo realizados para o futuro pelos participantes da pesquisa, é interessante observar que como foi apresentado no gráfico de número 5 a maior parte da amostra está insatisfeita com a Previdência Social, porém estão fazendo poucos investimentos para o futuro, pois 61% destes não fazem nenhum tipo de investimento e apenas contribui com a Previdência Social, o investimento mais realizado é em seu próprio negócio que se destaca com 24%.

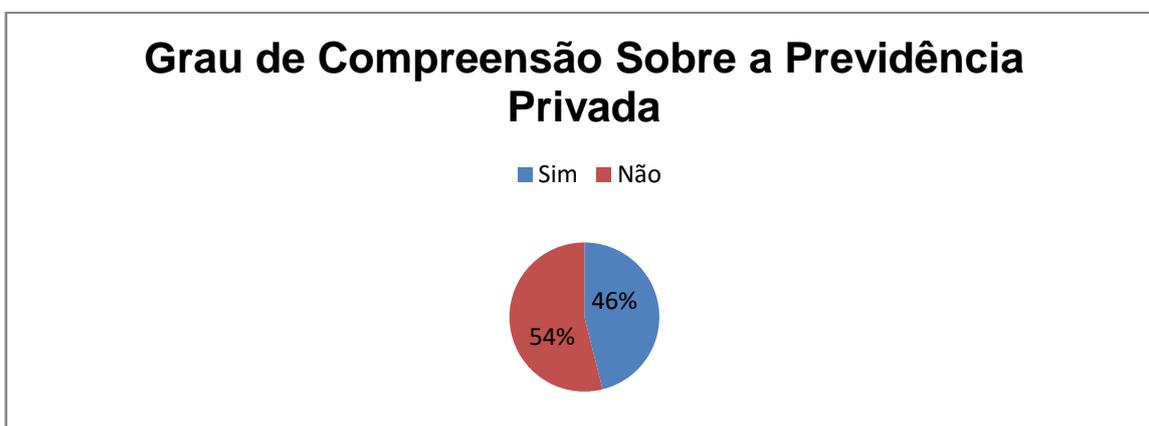
## GRÁFICO 06 – Investimento para o Futuro



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O próximo gráfico de número 7, é de suma importância para a pesquisa, pois demonstra o grau de compreensão dos participantes acerca da Previdência Privada onde 46% responderam sim e 54% não, quando questionados se tinham conhecimento de sua existência, além disso, só podiam responder as próximas questões os participantes que possuíam um grau de compreensão a respeito do tema, ou seja, aqueles que responderam “sim”. Dos respondentes 55% afirmaram que fariam uma Previdência Complementar, já 36% talvez e apenas 9% responderam que não. Outro fator relevante a ser observado é que 30% destes já contribui ou contribuiu com algum tipo de Previdência Privada e 70% nunca possuíam nenhum plano.

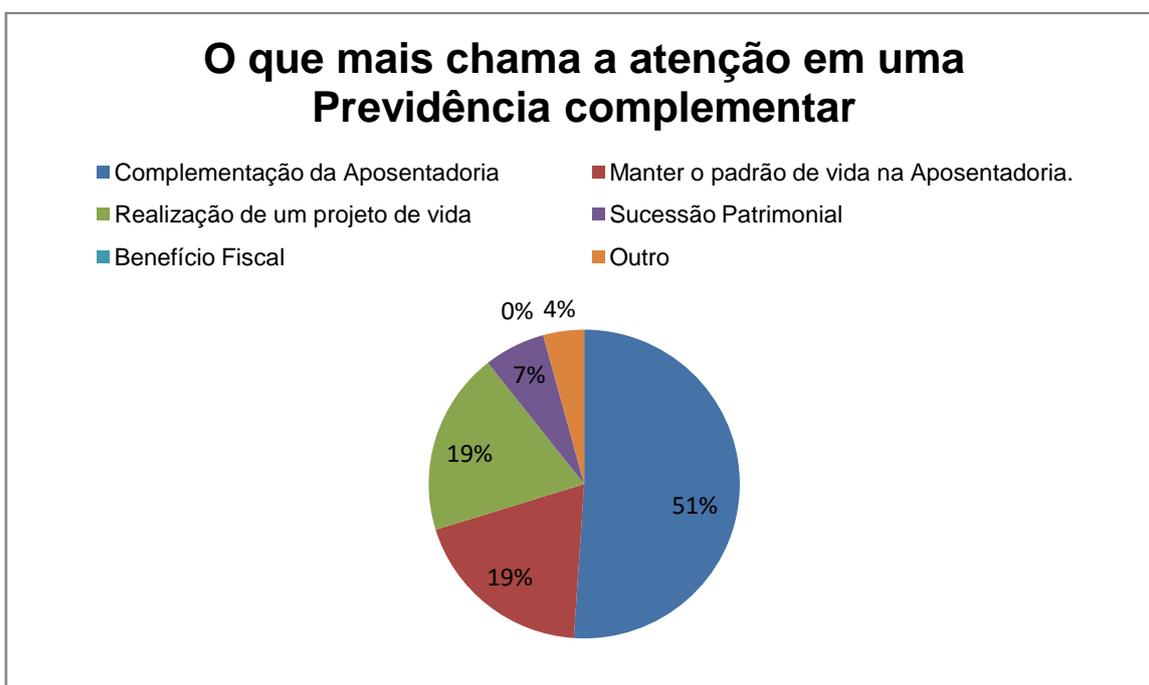
## GRÁFICO 07 – Grau de Compreensão sobre a Previdência Privada



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O gráfico 8 aborda o que mais chamou ou chamaria a atenção em uma Previdência Complementar onde 51% responderam que a complementação de aposentadoria seria o mais interessante, seguido da realização de um projeto de vida e manter o padrão de vida ambos com 19%, outro fato a ser observado é em relação ao benefício fiscal com 0% pois apesar das empresas que comercializam esse produto divulgarem muito essa questão, aparentemente não está refletindo na opinião da amostra.

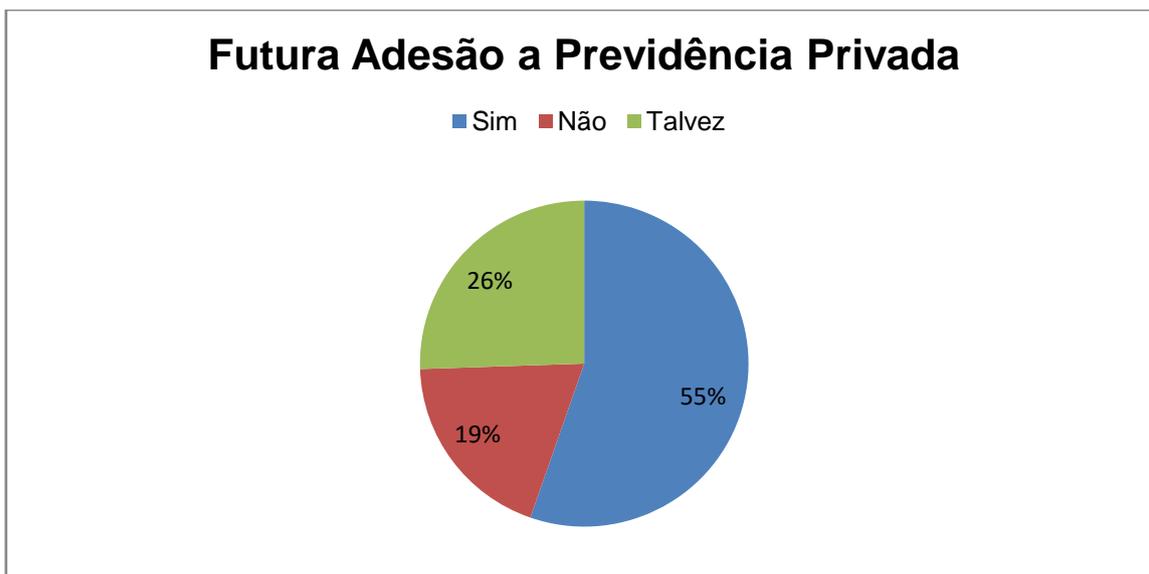
**GRÁFICO 08 – O que mais Chama a Atenção em uma Previdência Complementar**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

Em seguida no gráfico 09, será analisado nível de propensão a Previdência Complementar tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo Regime Geral nos últimos anos. Foi verificado que mais da metade dos participantes fariam futuramente adesão a algum plano, enquanto que 26% talvez, já 19% afirmaram que não fariam.

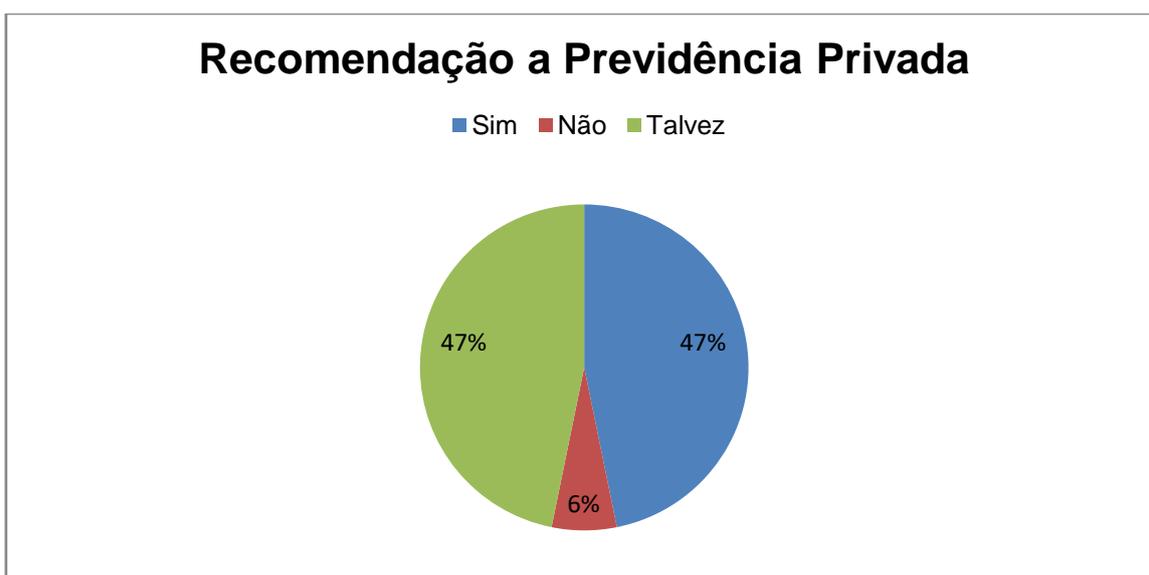
**GRÁFICO 09 – Futura Adesão a Previdência Privada**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

O próximo gráfico de número 10, será demonstrado o nível de recomendação da Previdência Privada, é importante destacar que 47% da amostra que tem compreensão sobre o tema recomendam e 47% talvez recomendasse e apenas 6% afirmaram que não recomendariam, vale destacar também que dos participantes que possuem ou já possuíram 57% recomendariam e 43% não.

### GRÁFICO 10 – Recomendação a Previdência Privada



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

Além disso, outro fator a ser observado é os motivos que afetaria de forma negativa o interesse dos participantes, que como principal motivo vêm o

prazo de carência com 43%, logo em seguida as taxas de administração com 36%, depois com 17% está aplicando em um produto pouco conhecido e 4% dos participantes responderam “outro”, dentre esses motivos estão o de rendimento não satisfatório e outro participante afirmou que “não vejo forma negativa, pois a intenção é de longo prazo”.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto ao longo da pesquisa percebe-se que a Previdência Social é muito importante para os trabalhadores, porém a mesma vem sofrendo com déficits ao longo dos anos e isso causa dúvidas em relação a sua eficácia, com isso esta pesquisa traz à tona outra opção para os trabalhadores que é a Previdência Privada, a mesma que têm como finalidade atuar de forma complementar e também como investimento para o futuro.

Este trabalho teve como objetivo verificar o nível de conhecimento e adesão a planos de Previdência Privada no município de Sumé-PB, foi verificado que os participantes possuíam um considerável grau de conhecimento que foi de 46%, já o nível de adesão aos planos foi baixo com apenas 14% da amostra. Além disso, a pesquisa procurou analisar quais investimentos os participantes estariam realizando para o futuro e foi concluído que a maioria não está realizando nenhum investimento e dos que realizam algum investimento estes recursos estão sendo aplicados em seu próprio negócio, e em seguida vem a caderneta de poupança, com isso é notório que mesmo insatisfeitos com a Previdência Social, os mesmos não estão procurando outra maneira de complementação de renda para o futuro.

Outro fato relevante a ser considerado é que existe uma relação direta entre o grau de escolaridade e o nível de satisfação com a Previdência Social, pois os que possuem um nível maior de escolaridade estão mais insatisfeitos com o atual regime.

Foi constatado também que, o que mais chamou atenção dos participantes foi à complementação da aposentadoria e que também a maior parte dos entrevistados fariam no futuro uma Previdência Complementar isso vai de encontro com a última questão do questionário aplicado que trata da recomendação, onde apenas 6% não recomendariam a mesma.

Ademais, pode-se ponderar que este estudo poderá ser útil para futuras pesquisas acadêmicas ligadas a Previdência Social ou Privada, e, além disso, para fins de conhecimento social. Para trabalhos futuros, sugere-se que seja elaborado um estudo sobre outras maneiras de investimento (aplicações em títulos públicos, títulos privados e em ações) comparando-as com os resultados obtidos pela Previdência Social.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diogo Bomilcar Competição de corretoras de valores mobiliários e a influência das mudanças tecnológicas na redução dos ganhos extraordinários – São Paulo: Insper; 2017; 32 p.

BACEN, SISTEMA FIANCEIRO NACIONAL. 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acessado em 14 de março de 2021.

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/organization/about/banco-central#:~:text=Dentre%20suas%20atribui%C3%A7%C3%B5es%20est%C3%A3o%3A%20%2D%20emitir,a%20execu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servi%C3%A7os%20de>. Acessado em 23 de março de 2021.

BACEN, CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2FPre%2Fcomposicao%2Fcnsp.asp>. Acessado em 14 de março de 2021.

BREVE HISTÓRICO. 10 de Maio de 2017. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/breve-historico/#:~:text=O%20Instituto%20Nacional%20do%20Seguro,o%20Instituto%20Nacional%20de%20Previd%C3%Aancia>. Acesso em 05 de Outubro de 2020.

BRITO, Osias Santana de. Mercado financeiro. São Paulo: Saraiva, 2005. Selan, Beatriz Mercado financeiro / Beatriz Selan. Rio de Janeiro: SESES, 2014.

CANOAS, Vivian de Lima. Análise do Cálculo da Provisão de Prêmios não Ganhos nas Sociedades Seguradoras. São Paulo, 2007. 63 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Ibmec São Paulo, São Paulo, 2007.

CONSELHO MONETARIO NACIONAL. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-monetario-nacional-cmn>. Acessado em 15 de março de 2021.

COSTA, Raimundo Nonato Vieira. ARAÚJO, Jamille Carla Oliveira. SILVA, Leidian Moura Da. Nascer, crescer e agora sobreviver: uma análise sob o olhar da aposentadoria da previdência privada. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. V.03, p.82-109, Junho de 2019.

IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>. Acessado em 01 de abril de 2021.

ESCLARECIMENTOS SOBRE VGBL INDIVIDUAL. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menuatendimento/VgblPgbl/vgblindividual#:~:text=O%>

20VGBL%20Individual%20%2D%20Vida%20Gerador,4. Acesso em 8 de outubro de 2020.

FISCHER, Ismael Roberto. Importância da previdência complementar aos universitários da univates para futura complementação de renda na aposentadoria. Lajeado, outubro de 2017.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira 12. ed. - São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2010.

GOVERNO CENTRAL REGISTRA DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 95,1 BILHÕES EM 2019.29 de Janeiro de 2020.Disponível em:  
<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/01/governo-central-registra-deficit-primario-de-r-95-1-bilhoes-em-2019>. Acesso em 18 de Setembro de 2020.

HISTÓRIA, Disponível em:<https://www.sume.pb.gov.br/historia/>. Acessado em 24 de março de 2021.

HISTÓRICO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucacao/article/view/102>. Acesso em 11 de Setembro de 2020.

JARDIM, Chaves M.O. A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O MERCADO DE PREVIDENCIA PRIVADA:UM OLHAR SOCIOLOGICO. V. 111,Nº 2 - JUL./DEZ. 2003.

LEAL, Cícero Pereira. NASCIMENTO, José Antonio Rodrigues. Planejamento Financeiro Pessoal – Revista de Ciências Gerenciais, São Paulo 12. ed. — São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2010.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. Fundamentos do mercado de capitais. -3. Ed.- São Paulo: Atlas, 2011.

LUOZADA, Isabella. SOUZA Jamile. Revolução na ciência 2020 Reforma da Previdência no Brasil. Disponível em:  
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8602/67649906>. Acessado em 23 de outubro de 2020.

MENDES, Aldo Luiz. Revista estudos avançados, ponto de vista. 1993. P 215 a 220. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141993000100010&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141993000100010&script=sci_arttext). Acessado em 14 de março de 2021

NAJBERG, Sheila; IKEDA, Marcelo. Previdência no Brasil: desafios e limites. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org); ALÉM, Ana Cláudia et al. A economia brasileira nos anos 90. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 261-290.

O QUE MUDOU COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA? CONFIRA ANTES E DEPOIS. Disponível em [https://editalconcursosbrasil.com.br/blog/economia\\_reforma-da-previdencia/#:~:text=O%20aposentado%20que%20falecia%20deixava,100%25%20do%20valor%20do%20benef%C3%ADcio](https://editalconcursosbrasil.com.br/blog/economia_reforma-da-previdencia/#:~:text=O%20aposentado%20que%20falecia%20deixava,100%25%20do%20valor%20do%20benef%C3%ADcio). Acesso em 11 de Setembro de 2020.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA. 01 de dezembro de 2008. Disponível em <https://administradores.com.br/artigos/previdenciacomplementar-fechada>. Acesso em 11 de Setembro de 2020.

PENSANDO NA APOSENTADORIA: PGBL,VGBL E AUTOPREVIDÊNCIA. 06 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1345>. Acesso em 11 de Setembro de 2020.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA. 01 de Dezembro de 2008. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/previdencia-complementar-fechada>. Acesso em 02 de Outubro de 2020.

PENA, Ricardo. Previdência Complementar no Brasil: história, evolução e desafios. nº340, p. 13-15. Maio 2008.

PREVIDÊNCIA ABERTA COMPLEMENTAR. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta#:~:text=Os%20planos%20de%20previd%C3%AAncia%20oferecidos,regime%20geral%20de%20previd%C3%AAncia%20social>. Acesso em 08 de Outubro de 2020.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta>. Acesso em 01 de novembro de 2020.

PREVIDENCIA, CONSELHO NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/conselho-nacional-de-previdencia-complementar>. Acessado em 14 de março de 2021.

PREVIC, A PREVIC. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/aceso-a-informacao/institucional/a-previc>. Acessado em 14 de março de 2021.

SILVA, Patricio Queiroz da. Previdência Privada Brasileira: Funcionamento das Entidades Abertas de Previdência Privada. 2004. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) — Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA. Antônio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed – São Paulo: Atlas, 2010.

SUSEP HISTORIA DO SEGURO. 1997. Disponível em:  
<http://www.susep.gov.br/menususep/novohistorico/?searchterm=his>. Acessado em 14 de março de 2021.

SUSEP APRESENTAÇÃO. 2021. Disponível em:  
<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao#:~:text=A%20SUSEP%20%C3%A9%20o%20%C3%B3rg%C3%A3o,21%20de%20novembro%20de%201966>. Acessado em 14 de março de 2021.

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL. 17 de fevereiro de 2020. Disponível em:  
<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/>. Acessado em 13 de outubro de 2020.

TABELA PROGRESSIVA X TABELA REGRESSIVA: QUAL ESCOLHER?. 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://mag.com.br/blog/educacao-financeira/artigo/tabela-progressiva-x-tabela-regressiva>. Acessado em 01 de novembro de 2020.

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO COM AMOSTRA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ**

**PESQUISA SOBRE A PREVIDÊNCIA PRIVADA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ- PB, NO ANO DE 2021**

**Formulário de Pesquisa: Previdência Privada**

**Tema da Pesquisa: Previdência Privada: Um estudo de caso no município de Sumé-Pb, no ano de 2021.**

**Venho através de este solicitar a vossa colaboração, respondendo o formulário abaixo, que tem por objetivo, verificar o grau de conhecimento e nível de adesão a planos de previdência privada no município de Sumé.**

**Graduando: Luciclaudio Silva Soares**

**Email: [luciclaudio10@gmail.com](mailto:luciclaudio10@gmail.com)**

\*Obrigatório

1. Sexo \*

(Selecione apenas uma alternativa)

( ) Masculino

( ) Feminino.

2. Faixa Etária \*

(Selecione apenas uma alternativa)

( ) 18 a 23 anos

( ) 24 a 30 anos

( ) 31 a 38 anos

( ) 39 a 47 anos

( ) 48 a 55 anos

( ) Mais de 55 anos.

3. Grau de Escolaridade \*

(Selecione apenas uma alternativa)

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Superior Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Pós-graduação

( ) Mestrado

( ) Doutorado.

4. Estado Civil \*

(Selecione apenas uma alternativa)

( ) Solteiro (a)

( ) Casado (a)

( ) Divorciado (a)

( ) Viúvo (a).

5. Renda Mensal ?\*

(Selecione apenas uma alternativa)

( ) 1 a 2 salários mínimos

- 3 a 4 salários mínimos
- 5 a 6 salários mínimos
- Acima de 6 salários mínimos.

6. Possui dependentes? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Sim
- Não.

Em caso de a resposta ser afirmativa, quantos? \_\_\_\_\_

7. Qual sua ocupação?

(Selecione apenas uma alternativa)

- Servidor Público Estadual
- Servidor Público Municipal
- Funcionário de Empresa Privada
- Comerciante
- Profissional liberal.

Outro: \_\_\_\_\_

8. Em relação a Previdência Social, você se encontra satisfeito com a mesma?\*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Insatisfeito (a)
- Pouco Satisfeito (a)
- Satisfeito (a)
- Muito Satisfeito (a).

Outro: \_\_\_\_\_

9. Tendo em vista a Previdência Privada como um tipo de investimento para o futuro, você faz algum outro investimento pensando no longo prazo? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Invisto mais no meu negócio/atividade
- Aplico em imóveis para viver de aluguel
- Aplico na caderneta de poupança
- Faço um misto de aplicações em ações/moeda/outras
- Não, só contribuo com a Previdência Social.

Outro: \_\_\_\_\_

10. Você conhece a Previdência Privada ou Complementar?

- Sim
- Não.

**As próximas questões só podem ser respondidas a partir da resposta "Sim" na questão 10.**

11. Você faria uma Previdência Privada?

(Selecione apenas uma alternativa)

- Sim
- Não
- Talvez.

12. Você já contribui ou contribuiu com alguma Previdência Complementar? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Sim
- Não.

13. O que te chamou ou chamaria atenção em uma Previdência complementar? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Complementação da Aposentadoria
- Manter o padrão de vida na Aposentadoria
- Realização de um projeto de vida (Faculdade dos filhos, comprar imóveis, estabilidade, etc)
- Sucessão Patrimonial
- Benefício Fiscal (onde na modalidade PGBL você pode deduzir em até 12% da sua renda bruta anual os valores investidos na previdência privada. Com isso, você posterga o pagamento do imposto e pode aproveitar este valor postergado para reinvestir em um plano VGBL, que tem a vantagem da incidência do IR somente sobre os rendimentos do Investimento).

Outro: \_\_\_\_\_

14. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Previdência Social no Brasil já te fez pensar sobre uma futura adesão a Previdência Privada ou Complementar? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Sim
- Não
- Talvez.

15. Quais motivos afetariam de forma negativa seu interesse por uma Previdência Complementar? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Prazo de carência para resgate
- Você está aplicando em um fundo, produto financeiro pouco conhecido
- As taxas de administração, cobradas pelas instituições, podendo afetar a rentabilidade.

Outro: \_\_\_\_\_

16. Diante das suas perspectivas, você consideraria a Previdência Complementar como um investimento: \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Não confiável
- Pouco confiável
- Confiável

Outro: \_\_\_\_\_

17. Você recomendaria a Previdência Complementar a alguém? \*

(Selecione apenas uma alternativa)

- Sim
- Não
- Talvez.